



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	10.10041/127 R21
Data:	16.10.2018 Fls. 9.11
Rubrica:	Leticia Marinho
	ID: 5095858-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODoviÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO – CODERTE.

EXERCÍCIO DE 2017

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo E- 101004/127 1-2016
Data: 16/02 2018 Pág. 212
Rubrica: Leticia Marinho
ID: 5095858-5

SUMÁRIO

PARTE I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	4
1 ATIVO.....	17
1.1 ATIVO CIRCULANTE.....	17
1.1.1 DISPONÍVEL.....	17
1.1.1.1 BANCOS CONTAS MOVIMENTO / VINCULADA.....	17
1.1.1.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	18
1.1.2 CRÉDITOS.....	18
1.1.2.1 TÍTULOS A RECEBER.....	19
1.1.2.2 IMPOSTOS A RECUPERAR.....	21
1.1.2.3 ESTOQUE.....	21
1.1.2.4 ALUGUÉIS A RECEBER.....	21
1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	21
1.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	21
1.2.1.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	22
1.2.1.2 INVESTIMENTOS.....	22
1.2.1.3 IMOBILIZADO.....	23
2 PASSIVO.....	23
2.1 PASSIVO CIRCULANTE.....	23
2.1.1 FORNECEDORES.....	24
2.1.2 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL.....	25
2.1.3 OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	26
2.2 EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	26
2.2.1 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES - REFIS.....	26
2.2.2 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO.....	27
2.2.3 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS.....	23
2.2.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
1 PROCESSOS LICITATÓRIOS.....	29
2 NORMAS E PROCEDIMENTOS.....	30
PARTE III – CONCLUSÃO.....	30



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº 1010041/127 2015
Data: 16/02 2016 Fls. 213
Rubrica: Leticia Marinho
ID: 5095858-5

PARTE I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (Em unidades de reais – R\$)

	2017	2016
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.129.901,17	11.108.159,06
Contas a Receber	29.233.906,92	29.035.846,32
Devedores - Entidades e Agentes	3.027.892,01	2.521.374,32
Adiantamentos a Empregados	45.239,57	82.524,12
Créditos de Tributos e Contribuições	2.849.870,33	2.650.899,89
Almoxarifado Interno	110.732,59	60.254,83
	<u>47.452.592,59</u>	<u>45.459.058,54</u>
 NÃO CIRCULANTE		
Investimentos		
Participações Societárias	200.836,10	200.836,10
Participações em Fundos e Condomínios	173.009,00	173.009,00
	<u>373.895,10</u>	<u>373.895,10</u>
 Imobilizado		
Bens Imóveis	30.383.113,24	30.298.573,23
(-) Depreciação Acumulada - Imóveis	-15.735.505,36	-15.977.719,26
Bens Móveis	768.023,93	768.023,93
(-) Depreciação Acumulada - Móveis	-418.551,07	-414.758,68
	<u>13.947.083,24</u>	<u>14.674.122,27</u>
 TOTAL DO ATIVO	<u><u>61.773.570,93</u></u>	<u><u>60.507.075,91</u></u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo E- 10.1004/127 2018
Data: 16/02 2018 Fis. 214
Rubrica: Leticia Marinho
ID: 509585825

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em unidades de reais – R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO CIRCULANTE	2017	2016
CIRCULANTE		
Pessoal a Pagar	274.622,35	227.179,19
Fornecedores	1.931.691,07	775.192,69
Consignações e Depósitos	889.853,82	1.412.683,98
Obrigações Sociais e Fiscais	0,00	176.595,83
Encargos Sociais a Recolher	119.139,23	130.756,74
Provisões de Férias	187.770,12	852.250,39
Provisões de Curto Prazo	3.358.634,13	0,00
Obrigações Intragovernamentais	0,00	2.972,09
Outras Obrigações a Pagar - Refis	1.304.811,08	2.550.026,58
Dividendos a Pagar	1.654.851,68	1.654.851,68
	9.721.373,48	7.782.509,17
NAO CIRCULANTE		
Obrigações Sociais e Fiscais - Refis	10.237.856,26	11.283.803,94
Obrigações Assumidas pelo Governo	2.783.879,00	2.783.879,00
Provisões para Contingências	7.425.863,09	12.334.791,35
Outras Provisões	331.293,94	331.293,94
Receitas Diferidas	0,00	1.260,00
	20.778.892,29	26.735.028,23
PATRIMONIO LIQUIDO		
Capital Social	16.872.235,78	16.872.235,78
Reserva de Capital	8.259.944,94	8.259.944,94
Reserva de Lucros	2.943.785,00	2.943.785,00
Reserva de Legal	567.493,04	567.493,04
Lucro e Prejuízo Acumulado	2.629.846,40	-2.653.920,25
	31.273.305,16	25.989.538,51
TOTAL DO PASSIVO	61.773.570,93	60.507.075,91

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo	E.10/004/127 12018
Data	16.02.2018 p. 215
Assinatura	Leticia Marinho
ID	5095858-5

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em unidades de reais – R\$)

	2017	2016
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Prestação de Serviços	21.935.577,47	20.775.777,52
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Imposto sobre Serviços	-42.873,01	-41.336,37
P I S / P A S E P	-292.267,59	-454.586,73
C O F I N S	-1.346.202,17	-1.493.742,91
RECEITA LÍQUIDA	20.254.234,70	18.786.111,51
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Pessoal e Encargos Sociais	-7.621.501,79	-8.143.555,98
Serviços de Terceiros	-7.219.300,63	-8.163.449,12
Despesas Tributárias	-350.831,43	-298.939,04
Despesas Gerais	-6.332.941,16	-6.140.979,24
Outras Receitas	6.733.242,68	2.431.604,05
	-14.741.382,33	-20.265.319,33
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	5.512.852,37	-1.479.207,82
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	5.512.852,37	-1.479.207,82
Imposto de Renda	-617.576,38	-773.507,05
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-226.647,49	-342.740,82
Lucro Líquido do Exercício	4.668.628,50	-2.595.455,69
Quantidade de Ações	526.313,00	526.313,00
Lucro Líquido por ação do Capital Social (R\$)	8,87	-4,93

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº 10.1004/127-1201

Data: 16/10/2018 nº 216

Subscrito: Letícia Marinho
ID 5095858-5

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em unidades de reais – R\$)

CONTA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS			LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	TOTAL		
Saldo em 01 de Janeiro de 2016	16.372.205,73	3.259.344,34	567.492,04	2.340.735,00	3.511.273,34	153.458,37	28.311.917,53
Ajustes de exercícios anteriores						-226.320,43	-226.320,43
Resultado do Exercício						2.595.455,59	2.595.455,59
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	16.372.205,73	3.259.344,34	567.492,04	2.340.735,00	3.511.273,34	-2.550.320,25	25.389.528,51
Movimentação do Período						-2.322.379,12	-2.322.379,12
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	16.372.205,73	3.259.344,34	567.492,04	2.340.735,00	3.511.273,34	-2.550.320,25	25.389.528,51
Ajustes de Exercícios Anteriores						315.138,15	315.138,15
Resultado do Exercício						4.368.523,50	4.368.523,50
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.372.205,73	3.259.344,34	567.492,04	2.340.735,00	3.511.273,34	2.629.346,40	31.273.205,16
Movimentação do Período						5.293.756,55	5.293.756,55

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	10.100.41/27 1:2018
Data:	16/02/2018 Fls. 017
Rubrica:	Letícia Marinho
ID-5095858-5	

Contadores, Auditores e Peritos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)
(Em unidades de reais – R\$).

ATIVIDADES OPERACIONAIS

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
(+/-) AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO:

Depreciação

Ajustes de Exercício anteriores

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

ATIVO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))

Contas Receber de clientes

Créditos de Tributos e Contribuições

Devedores - Entidades e Agentes

Almoxarifado Interno

Adiantamentos

Imobilizado

PASSIVO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))

Fornecedores

Depósitos e Consignações

Obrigações Sociais e Fiscais

Encargos Sociais a Recolher

Pessoal a Pagar

Obrigações Intragovernamentais

Provisões a Férias

Outras Provisões

Obrigações de Exercícios Anteriores

Outras Obrigações a Pagar - Refis

ATIVO NÃO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))

Depósitos Judiciais e Cauções

PASSIVO NÃO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))

Obrigações Sociais e Fiscais - REFIS

Outras obrigações (Contingências)

Outras Provisões

Receita Difenda

CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Aquisição/venda de investimentos

Aquisição/venda de bens do Ativo Imobilizado

CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

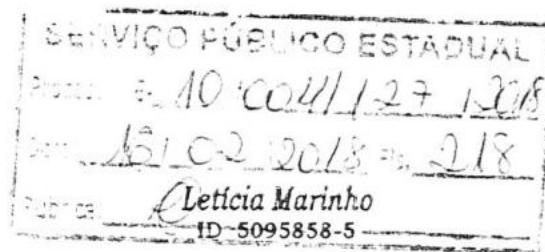
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício

Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício

	31/12/2017	31/12/2016
	4.668.628,50	-2.595.455,69
	811.578,99	823.228,07
	615.133,15	336.917,74
	6.095.345,64	-1.999.151,05
	-253.060,60	822.154,51
	-138.970,44	-271.004,71
	-506.517,69	-879.905,84
	-50.477,73	-1.154,09
	37.234,55	-80.623,22
	-84.539,96	0,00
	1.156.498,38	66.240,20
	-522.830,16	606.205,38
	-176.535,83	151.804,33
	-11.617,51	16.755,85
	47.443,16	225.528,27
	-2.972,09	2.972,09
	-664.430,27	0,00
	3.358.634,13	0,00
	0,00	-5.189,10
	-1.245.215,50	1.003.926,42
	-1.045.947,63	-2.821.417,52
	-4.908.923,26	3.406.324,31
	0,00	0,00
	-1.260,00	0,00
	1.021.742,11	243.465,83
	0,00	0,00
	0,00	0,00
	0,00	0,00
	1.021.742,11	243.465,83
	11.108.159,06	10.864.693,23
	12.129.901,17	11.108.159,06

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



Contadores, Auditores e Peritos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em unidades de reais – R\$).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE, é uma sociedade de economia mista, constituída pelo Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto-Lei nº 87, de 02 de maio de 1975, entidade da administração indireta, vinculada à Secretaria de Estado de Transporte – SETRANS.

A CODERTE tem como objeto social:

- Projetar, construir terminais rodoviários, de passageiros e carga, terminais-garagem, abrigos de ônibus e estacionamentos públicos, terminais marítimos e fluviais;
- Cobrar e arrecadar tarifas de pedágio e de utilização e arrendamento dos bens e serviços previsto anteriormente observada à legislação aplicável;
- Promover a análise de viabilidade técnico-econômica para implantação de vias expressas e terminais;
- Executar política comercial, criando fontes de receita;
- Executar a política de exploração de publicidade nos locais sob sua jurisdição;
- Administrar, fiscalizar e operar esses locais;
- Zelar pela segurança e bem estar dos respectivos usuários;
- Recrutar, preparar e selecionar pessoal para os seus serviços;
- Promover a construção de rodovias municipais, vicinais e de acessos a sedes municipais, dos municípios do Estado do Rio de Janeiro que participem de seu capital ou que tenham contratado seus serviços;
- Executar programas de manutenção de estradas municipais, mediante contratação e justa remuneração com os municípios interessados;
- Manter e explorar usinas de asfalto ou similares para utilização própria ou atendimento a órgãos públicos e empresas privadas mediante remuneração.

2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da CODERTE são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades do setor público, a Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela nº 11.638/2007, aprovada em 28



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	10 1004/127 2018
Data:	16/02 2018
Fis.	219
Rubrica:	Letícia Marinho
ID-6095858-5	

Contadores, Auditores e Peritos

de dezembro de 2007 e demais alterações, a Lei Estadual n.º 237, de 04 de dezembro de 1979, normas e instruções da Contadoria Geral do Estado – CGE e apresentadas conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFE/RJ.

Em atendimento às recomendações da Auditoria Geral do Estado, constantes no Parecer da Auditoria Geral do Estado, relativa à Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas do Exercício de 2013. (Processo nº E-10/004/164/2014, folha 343, item 3.3.8), de 10/03/2014, a partir do exercício de 2014 a Diretoria da CODERTE adotou, exclusivamente, para realização da sua escrituração contábil o sistema SIAFE, utilizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como em função das alterações realizadas na estrutura do referido sistema buscando adequá-lo as Normas da Convergência Contábil Brasileira (Nota Explicativa nº 02).

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalente a caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações estão apresentadas considerando seu valor de realização, bem como os rendimentos incorridos até a data do encerramento do balanço.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber não possuem caráter financeiro e estão avaliadas pelo valor presente, o qual é representado pelo valor dos serviços prestados no momento inicial. Não foi constituída provisão para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Estoques

Os estoques de materiais de expediente e consumo apresentados na rubrica "Almoxarifado interno", estão avaliadas ao custo médio das aquisições, que não excede o valor de mercado.

d) Estimativas contábeis

A administração está adotando medidas para que as estimativas sejam baseadas em fatores objetivos e subjetivos, necessários para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	10.1004/127 12018
Data:	16/02/2018 Fls. 220
Rubrica:	Leticia Marinho
ID:	5095858-5

e) **Imobilizado**

Está registrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, inclusive pela correção monetária especial de acordo com a Lei Federal n.º 8.200, 28 de junho de 1991. A depreciação é calculada segundo o método linear com base em taxas anuais que consideram a vida-útil econômica dos bens.

f) **Tributação**

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN à alíquota de 5% e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, às alíquotas de 7,6% e 1,65%, respectivamente, e que são apresentados como deduções da receita de serviços na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social desde o exercício de 2017 vêm sendo apurado com base no lucro real trimestral, sendo reconhecidos segundo o regime de competência, no resultado do exercício.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL são calculados trimestralmente com base no **lucro real estimado**, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

g) **Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos correspondentes.

Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do exercício social subsequente estão classificados como ativos e passivos circulantes.

h) **Apuração do resultado**

O Resultado do Exercício é apurado segundo o regime de competência.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CONTAS	2017	2016
Caixa e Bancos	613.998,69	1.122.963,83
Aplicações Financeiras	11.515.902,48	9.985.195,23
TOTAL	12.129.901,17	11.108.159,06

As aplicações financeiras, em sua maioria, referem-se a cotas do fundo Bradesco Gov. PP Referenciado DI Fundo de Investimento



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101604/127-1-2018
Data:	16/02/2018 Fls. 221
Rubrica:	Leticia Marinho
	ID: 5095853-5

5 – CONTAS A RECEBER

CONTAS	2017	2016
Contas a Receber de Clientes	22.061.083,03	22.070.227,01
Outros Créditos – Cessão de Servidores	7.226.949,23	6.964.744,65
Concessões a Receber	874,66	874,76
TOTAL	29.288.906,92	29.035.846,32

A administração está providenciando os necessários estudos e análises das contas a receber para determinar a necessidade de constituição de provisão para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

6 – DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

CONTAS	2017	2016
Desfalques e Desvios	-	27.000,00
Outras Responsabilidades	-	425.470,19
Bloqueios Bancários - Judiciais	1.037.413,09	1.034.641,01
Outros Depósitos	3.870,00	3.870,00
Outros Créditos a Receber	1.936.608,92	1.029.393,12
TOTAL	3.027.892,01	2.521.374,32

7 – CRÉDITOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

CONTAS	2017	2016
Imposto de Renda	2.260.195,22	2.061.224,78
Contribuição Social – CSLL	589.675,11	589.675,11
TOTAL	2.849.870,33	2.650.899,89

Os créditos relativos ao imposto de renda e à contribuição social foram apurados no fechamento dos balanços, acrescido do imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e estão apresentados pelo valor original do crédito.

8 – INVESTIMENTOS

CONTAS	2017	2016
Participações societárias	200.886,10	200.886,10
Fundo de Investimentos – FINAM	173.009,00	173.009,00
TOTAL	373.895,10	373.895,10

Os Investimentos são decorrentes de participações em ações de companhias telefônicas (planos de expansão) e outras participações até em decorrência de imposição legal e aplicações de incentivos fiscais.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/12712018
Data:	16/02/2018 Fls. 222
Rubrica:	Leticia Marinho ID 6095858-5

Contadores, Auditores e Peritos

9 – IMOBILIZADO

CONTAS	2017	2016
Bens Imóveis	30.383.116,24	30.298.576,28
Bens Móveis	768.023,93	768.023,93
(-) Depreciação	(17.204.056,93)	(16.392.477,94)
TOTAL	13.947.083,24	14.674.122,27

10 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 16.872.235,78 está representado por 526.313 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Estado do Rio de Janeiro é detentor da maioria dessas ações, conforme demonstração:

ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES ORDINÁRIAS	PROPORÇÃO EM REAIS	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL VOTANTE (%)
Estado do Rio de Janeiro	526.288	16.871.434,35	99,99525%
Minoritários (12 investidores)	25	801,43	0,00475%
TOTAL	526.313	16.872.235,78	100,00000%

A CODERTE não possui ações preferenciais

11 – RESERVAS DE CAPITAL

CONTAS	2017	2016
Doações	4.143,00	4.143,00
Subvenções de investimentos	7.660.183,06	7.660.183,06
Outras reservas de capital	595.615,88	595.615,88
TOTAL	8.259.944,94	8.259.944,94

O valor de R\$ 7.660.183,06 é referente aos repasses recebidos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, como acionista majoritário, em 1995.

12 – RESERVA LEGAL

Embora o artigo 193, da Lei Nº 6.404/76, determine que do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Neste Exercício, deixamos de constitui-la tendo em vista o disposto no parágrafo 1º do artigo anteriormente mencionado que diz: "A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata parágrafo 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social."



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	1010041/127/2014
Data:	16/02/2018 Pág. 233
Rubrica:	Leticia Marinho
ID:	5095858-5

Contadores, Auditores e Peritos

Desta forma, em razão do exposto, verificamos que em 31 de dezembro de 2017, a Reserva Legal era de R\$ 567.493,04 e as Reservas de Capital apresentava o montante de R\$ 8.259.944,94, totalizando o valor de R\$ 8.827.437,98, correspondente a 52,31% (cinquenta e dois, trinta e um por cento do capital).

13 – REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

Deixamos de constituir a provisão para dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado no exercício, tendo em vista que o Estatuto Social da Companhia, no parágrafo 1º, do artigo 38, determina que a Diretoria, autorizada pelo Conselho de Administração, poderá declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços, observando o disposto na legislação em vigor.

14 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores, realizados neste exercício por meio de Notas Explicativas encaminhadas a Contadoria Geral do Estado, foram:

NATUREZA DOS EVENTOS	DÉBITO	CRÉDITO
Receitas dos Exercícios de 2015 e 2016, Canceladas e Estornadas		76.706,83
Receitas dos Exercícios de 2015 e 2016, Canceladas e Estornadas	72.619,43	
Reversão do saldo de Provisão de Férias do Exercício de 2016	333.868,64	
Ajuste do IRRF s/Aplicações Financeiras, do Exercício de 2016	399.766,25	
Reversão dos Saldos das Provisões de Férias de 2015/2016		856.955,17
Acerto de Provisão de Férias - Adiantamento		359.830,22
Regularização de IRRF s/Aplicações Financeiras de Nov/2016		128.782,53
Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados - IPTU	862,28	
TOTAL DOS AJUSTES	807.136,60	1.422.274,75
SALDO DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	=====	615.138,15

15 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A administração da Companhia por intermédio do Escritório contratado Oberg Ferraz Advogados Associados, realizou o levantamento das ações nas quais a Companhia figura como autora (polo ativo) bem como ré (polo passivo), nas esferas tributária, trabalhista e cível, em 31 de dezembro de 2017, em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC N.º 1.130/09, que a provou a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Desta forma, com base na norma citada, procedemos em 31/12/2017, à constituição da Provisão para Contingências Passivas, com base no valor da causa atribuído às ações que figuram no referido levantamento como polo passivo, cujo risco de perda delas pela Companhia foi considerado como **PROVÁVEL**, conforme montantes descritos a seguir:



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	10.1004/127 2018
Data:	16/02/2018 Fls. 224
Rubrica:	Leticia Marinho
ID 5095858-5	

CONTAS	2017	2016
Provisão para Riscos Trabalhistas	1.564.258,38	1.067.000,00
Provisão para Riscos Fiscais	1.035.209,08	5.176.013,49
Provisão para Riscos Cíveis	4.826.395,63	6.091.777,86
TOTAL	7.425.863,09	12.334.791,35

Além disso, ainda com base no referido levantamento, ressaltamos que a CODERTE figura como ré em ações judiciais de polo passivo, nas esferas Cível, Trabalhista e Tributária, cujo levantamento realizado pelo escritório contratado classifica o risco de perda dessas ações como POSSÍVEL ou REMOTA.

- Ações com risco de perda POSSÍVEL - R\$ 8.825.080,55
- Ações com risco de perda REMOTA - R\$ 7.608.337,39

Desta forma, considerando o grau de risco apontado pelo levantamento das referidas ações, não foi constituída a Provisão para Contingências para esses valores, em razão da faculdade contida na NBC TG 25.

Por fim, embora o escritório contratado tenha relacionado às 122 ações da esfera cível, nas quais a Companhia figura como autora, ou seja, polo ativo (Ativo Contingente), segundo a Lei das Sociedades por Ações – FIPECAFI (2000/247) e o item 33 da NBC TG 25, as contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, mas devem ser mencionadas em notas explicativas, conforme quadro a seguir.

QUANT.	ATIVO CONTINGENTE (POLO ATIVO)	RISCO DO PROCESSO	VALOR DA CAUSA
12	Ações da Área Cível	PROVÁVEL	398.743,91
37	Ações da Área Cível	POSSÍVEL	4.954.849,61
69	Ações da Área Cível	REMOTA	5.261.871,23
122	TOTAL		10.615.464,75

16 – DEPRECIAÇÃO

Os critérios utilizados nos cálculos da depreciação das contas do Ativo Imobilizado são: O prazo de vida útil de cada bem e a Taxa Anual de depreciação disposta nos Anexos I e II, da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB nº 162, de 31 de dezembro de 1998.

17 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC passou a ser obrigatória em função da Lei N.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, no entanto, as Sociedades Anônimas de Capital Fechado, só estão obrigadas a apresentá-las se o Patrimônio Líquido da empresa, na data do balanço, for superior a R\$ 2.000.000,00, e poderá ser elaborada pelo Método Direto e Indireto.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/127/2018
Data:	16/02/2018 Fls. 225
Rubrica:	Leticia Marinho
	ID: 5095858-5

Contadores, Auditores e Peritos

Neste Exercício a Demonstração do Fluxo de Caixa da Companhia, conforme dispõe a referida lei, foi elaborada pelo Método Indireto.

18 – SEGUROS

A Companhia não adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e, conseqüentemente, assume o risco em relação a eventuais sinistros que possam vir a ocorrer com tais ativos

RONALDO MONTEIRO FRANCISCO
Diretor Presidente

ÁLVARO BEZERRA SILVA
Diretor de Administração e Finanças

SEBASTIÃO ALVES DE CASTRO
Contador - CRC/RJ Nº 035055/O



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/127 2018
Data:	16/02/2018 Fls. 226
Rubrica:	Leticia Marinho
	ID 5095858-5

1 ATIVO

1.1 ATIVO CIRCULANTE

1.1.1 DISPONÍVEL

1.1.1.1 BANCOS CONTAS MOVIMENTO / VINCULADA

Esta conta encerrou em 31/12/2017 com saldo contábil de R\$ 613.998,69 com a seguinte composição:

Conta	Saldo Contábil em 31/12/2017	Divergência	Valores em R\$
			Saldo Bancário em 31/12/2017
Banco Bradesco S/A	613.998,69	411.545,08	1.025.543,77
Total Bancos Conta Movimento	613.998,69	411.545,08	1.025.543,77

Fonte: Balancetes contábeis mensais e Extratos bancários.

Cotejamos, os extratos bancários com os registros contábeis dos meses de 2017 e verificamos divergências antigas de exercícios anteriores ainda não conciliadas, referentes a despesas da Coderte, pagas pelo Governo do Estado em 2016.

Oficializamos os bancos a fim de obter a confirmação do saldo findo em 31/12/2017, além de confirmar se existem empréstimos, financiamentos, além de outras operações financeiras, as quais não pudemos confirmar devido ao não recebimento da resposta de circularização.

Recomendamos

- 1) Que a entidade regularize o saldo contábil com os extratos bancários periodicamente para evitar possíveis distorções nas demonstrações financeiras

1.1.1.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

No quadro a seguir, demonstramos a composição do saldo desta rubrica em 31/12/2017:



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	10.004/127, 2018
Data:	16/02/2018 Fls. 227
Rubrica:	Leticia Marinho ID 5095858-5

Contas	Saldo contábil em 31/12/2017	Dif.	Valores em R\$
			Saldo bancário em 31/12/2017
Fundos de Investimentos	11.515.902,48	2.834,77	11.513.067,71
Total	11.515.902,48	2.834,77	11.513.067,71

Fonte: Balancetes contábeis mensais e Extratos bancários.

Cotejamos os extratos bancários em nome da entidade com os registros contábeis e encontramos uma diferença de R\$ 2.834,77 referente ao Banco Itaú, extrato de aplicação não apresentado até o término dos trabalhos de auditoria. Sendo o último extrato apresentado referente ao mês de outubro de 2017.

Oficializamos os bancos a fim de obter a confirmação do saldo findo em 31/12/2017 onde não obtemos sua confirmação.

Recomendamos

- 1) Que a entidade regularize o saldo contábil com os extratos bancários periodicamente para evitar possíveis distorções nas demonstrações financeiras.
- 2) Que a entidade mantenha documentação hábil para suporte dos saldos contábeis.

1.1.2 CRÉDITOS

1.1.2.1 TÍTULOS A RECEBER

A supracitada conta encerrou em 31/12/2017 com saldo contábil de R\$ 29.288.906,92, nossos testes foram realizados por amostragem e compreenderam a análise da composição dos três maiores saldos e quatro outros saldos escolhidos de forma aleatória que juntos compõem 56,63% do total dos valores a receber.

Efetuamos o procedimento de circularização, como não obtivemos as respostas efetuamos testes de liquidação subsequente e constatamos que nada foi recebido em 2018.

Verificamos que não foi apresentada a composição de saldos da conta nº 112320901 - Cessão Servidores DEC 32 532/02 no valor de R\$ 7.226.949,23. Saldo



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	101004/127 2018
Data	16/02 2018 Fl. 228
Rubrica	Leticia Marinho ID 5095858-6

Contadores, Auditores e Peritos

antigo que aumentou R\$ 262.204,58 reais em 2017, também sem previsão para recebimento e está composição não nos foi apresentada.

Verificamos também que não há previsão de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) no grupo de contas da empresa, que usa grupo de contas referencial do estado do Rio de Janeiro.

Recomendamos

- 1) Que a entidade mantenha documentação hábil para suporte dos saldos contábeis
- 2) Que a entidade verifique com o governo do estado a possibilidade de incluir em seu plano de contas a PECLD para minimizar os efeitos desses créditos de difícil liquidação em seu balanço na forma do Art. 340 do RIR/99 e demais normas vigentes
- 3) Que a entidade revise seus procedimentos de cobrança com o jurídico a fim de otimizar as cobranças para evitar esse grande volume de créditos antigos a receber de longa data.

1.1.2.2 IMPOSTOS A RECUPERAR

A supracitada conta encerrou em 31/12/2017 com saldo contábil de R\$ 2.849.870,00 Este grupo representa os saldos acumulados de Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar desde 2010 a 2017 ainda pendente de compensação tributária.

Solicitamos uma amostra dos valores que compõem o saldo em 31/12/2017, ambos não apresentada até o término dos trabalhos de auditoria. Cabe destacar que a prescrição extingue o direito de o contribuinte pleitear eventual crédito tributário a que possua direito. A prescrição, de acordo com o artigo 1º do Decreto 20.910/32, ocorre em 5 (cinco) anos, conforme transcrito:

Art. 1º - As Dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Segundo o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966):



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/127 12018
Data:	12/02 2018 Fls. 229
Rubrica:	Leticia Marinho ID 5095858-5

Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados

I - nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário (Vide art 3 da LC nº 118, de 2005)

II - na hipótese do inciso III do artigo 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública (Vide Decreto nº 7.212, de 2010)

Parágrafo único. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a lei determinará, para os efeitos deste artigo, a apuração do seu montante, não podendo, porém, cominar redução maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento

Sendo assim apuramos o seguinte saldo prescrito de R\$ 549.868,82 reais em 31/12/2017. E cabe destacar que apenas no ano de 2018 existe mais R\$ 121.635,92 de IR/CSLL para prescrever, ou seja, se não forem feitas as compensações desses tributos estarão prescritos R\$ 671.504,74 até 31/12/2018.

Composição do Saldo Prescrito em 31/12/2017		
Mês/ano	Tributo	Saldo em 31/12/2017
11/2012	Imposto de Renda	48.400,11
12/2012	Imposto de Renda	336.214,15
Total		384.614,26
Mês/ano	Tributo	Saldo em 31/12/2017
12/2012	Contribuição Social	165.254,56
Total		165.254,56
Total Prescrito de IR/CS		549.868,82

Recomendamos

- 1) Que a entidade providencie o quanto antes a compensação desse saldo parado de impostos a recuperar a longa data, antes que o saldo a recuperar prescreva, até 31/12/2017 já foram prescritos R\$ 549.868,82.

Constatamos classificado indevidamente no IR a recuperar o valor de R\$118.824,20 e de CS a recuperar no valor de R\$41.453,49, a título de pagamento de auto de infração, recomendamos a reclassificação e ajuste no exercício seguinte.



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/127/2018
Data:	16/02/2018
Rubrica:	Letícia Marinho ID 5095858-5

1.1.2.3 ESTOQUE

A supracitada conta encerrou em 31/12/2017 com saldo contábil de R\$ 110.732,59 referentes almoxarifado.

Solicitamos o inventário do estoque, conferimos com os registros contábeis e constatamos que a auditada mantém os registros do estoque pelo custo de aquisição, não encontramos divergências.

1.1.2.4 ALUGUÉIS A RECEBER

Este grupo apresenta saldo de R\$ 1.986.603,92 em 31/12/2017, sendo quase a totalidade deste saldo referindo-se a outros créditos a receber de alugueis, solicitamos uma amostra dos contratos não apresentados até o momento, verificamos via extrato que estão ocorrendo recebimentos desses alugueis apesar da existência de valores antigos de exercícios anteriores ainda pendentes de liquidação.

Recomendamos

- 1) Que a entidade mantenha documentação hábil para suporte dos saldos contábeis
- 2) Que a entidade verifique sua política de cobrança de títulos antigos bem como a provisão.

1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

1.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

1.2.1.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A supracitada conta encerrou em 31/12/2017 com saldo contábil de R\$1.041.283,09. Este grupo é composto por depósitos judiciais, outros depósitos e basicamente por bloqueios bancários, estes últimos não foram apresentados composições. Os depósitos e outros depósitos não tiveram movimentação em 2017. Os depósitos não são conciliados com os extratos bancários de depósitos judiciais.

Recomendamos

- 1) Que a entidade mantenha documentação hábil para suporte dos saldos contábeis
- 2) Que a entidade verifique a possibilidade de conciliar a conta contábil de depósitos judiciais com os extratos bancários de depósitos judiciais.



Contadores, Auditores e Peritos

GERAL DO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/127 201
Data	16/02/2018 Fls. 231
Assinatura	Letícia Marinho
ID	5095858-5

1.2.1.2 INVESTIMENTOS

A supracitada conta encerrou em 31/12/2017 com saldo contábil de R\$ 373.895,00. Nessa rubrica o saldo é decorrente de participações em ações de companhias telefônicas (plano de expansão) e outras participações até em decorrência de imposição legal e aplicações de incentivos fiscais FINAM, cuja última movimentação foi em 2001, não apresentados maiores informações sobre estes saldos.

Recomendamos

- 1) Que a entidade mantenha documentação hábil para suporte dos saldos contábeis.
- 2) Que os saldo do investimento em ações de outras empresas sejam atualizados mensalmente conforme legislação vigente ou pelo menos uma vez ao ano para fins de demonstrações contábeis.

1.2.1.3 IMOBILIZADO

Este grupo apresenta saldo de R\$ 13.947.083,24 em 31/12/2017. Solicitamos relatório de inventário por grupo para procedência das análises. Constatamos que o relatório apresentado diverge dos registros contábeis, em R\$ 9.400,00 reais no grupo "Bens Móveis" e não contempla os grupos de "Bens Imóveis" e de "Depreciação", verificamos que esta diferença continua em aberto até esta data pendente de regularização.

Também efetuamos testes de baixa e adição bem como os testes de depreciação não encontrando divergências.

As taxas aplicadas de depreciação são as fiscais em vez das taxas baseadas na vida útil conforme CPC 27 – Imobilizado, testamos os cálculos e não encontramos divergências nos cálculos com as taxas fiscais.

A auditada não produziu o relatório do teste de valor recuperável de ativos, conforme determina o §3º do Art. 183 da Lei 6404/76, ainda o item 17.15 da Resolução CFC nº. 1.255/09 que aprovou a NBCT TG 1000 que trata da contabilidade para pequenas e médias empresas dispõem.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/127 1208
Data:	10/02/2018 Fls. 232
Rubrica:	Leticia Marinho ID 5095858-5

Contadores, Auditores e Peritos

A entidade deve mensurar todos os itens do ativo imobilizado, após o reconhecimento inicial, pelo custo menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável de ativos acumuladas. A entidade deve reconhecer os custos de operação dia-a-dia de item de ativo imobilizado como despesa no resultado no período em que são incorridos.

Não há evidências de que foram realizadas tais avaliações que dessem indicação de que a auditada tivesse que reconhecer contabilmente eventual desvalorização de seus Ativos, diante desta esteira:

Recomendamos

- 1) Que a entidade inclua em seu sistema patrimonial todo o imobilizado e depreciação evitando com isso divergências entre o contábil e sistema.
- 2) Que a entidade formalize manual de procedimentos de inventários.
- 3) Que a companhia por meio de instrumento legal constitua equipe técnica que faça tal avaliação e produza um relatório evidenciando que seus Ativos estão ou não superavaliados (Impairment Test)

2 PASSIVO

2.1 PASSIVO CIRCULANTE

2.1.1 FORNECEDORES

O supracitado grupo apresenta saldo contábil de R\$ 1.931.691,07 em 31/12/2017. Selecionamos para nossos testes os seguintes fornecedores abaixo, que juntos correspondem a 46,02% do saldo contábil.

Valores em R\$	
CONTAS	SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2017
Riera Empreendimentos e Administração Ltda	391.803,48
Monitore Segurança Patrimonial S/A.	7.119,42
Sentença Judiciais	489.970,36
TOTAL	888.893,26

Fonte: Balancete contábil de dez/2017 e conciliações

Selecionamos uma amostra de fornecedores para testes de liquidação subsequente, não sendo apresentada esta liquidação do fornecedor Riera.

Verificamos a existência de saldos antigos ainda pendentes de liquidação.



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo E- 101004/12712018
Data: 16/02/2018 Fls. 233
Rubrica: Leticia Marinho
ID 5095858-5

Recomendamos

- 1) Que a entidade mantenha documentação hábil para suporte dos saldos contábeis
- 2) Que a entidade concilie os títulos antigos ainda em aberto em fornecedores, providenciando a baixa se estiverem pagos ou se em aberto verificar a real obrigatoriedade de pagamentos para liquidá-los

2.1.2 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

O saldo contábil deste grupo em 31/12/2017 é de R\$ 581.531,70 referente a Salários, Remunerações e Benefícios, Provisão para férias, INSS SENAI, Salário Educação.

Testamos os procedimentos do Departamento Pessoal quanto a gestão e controle dos prontuários.

Testamos os prontuários através de uma amostra de 4 colaboradores selecionados aleatoriamente conforme quadro a seguir e não encontrando irregularidades:

Nº	Documentos	Documentos por Funcionário			
		(a)	(b)	(c)	(d)
1	Ficha Registro de Empregado	Sim	Sim	Sim	Sim
2	RG	Não	Não	Não	Sim
3	CPF	Não	Não	Não	Sim
4	Título Eleitor	Não	Não	Não	Sim
5	Certificado Reservista	Não	Não	N/A	Sim
6	Comprovante de Cadastramento do PIS/PASEP	Não	Não	Não	Não
7	Certidão Casamento	Sim	Sim	Sim	Não
8	Cert Nascimento Filhos	Sim	Sim	Sim	Não
9	Contrato de Trabalho	Sim	Não	Não	Não
10	Declaração depend IR	Não	Não	Não	Sim
11	Dependentes	Não	Não	Não	Sim
12	Exames admissional/periódico/demission	Não	Não	Não	Sim
13	Recibo Entrega CTPS	Não	Não	Não	Não

Funcionários

- (a) Ceiso Da Cruz
- (b) Fernando Gomes
- (c) Nadia Da Silva
- (d) Bruno Da Costa



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/127/2018
Data:	16/02/2018 Fls. 224
Rubrica:	Leticia Marinho ID 5095858-5

Verificamos também a movimentação do CAGED através do recibo de julho de 2017, único mês com movimentação em 2017 e contamos erro de informação conforme demonstrado abaixo.

Mapa de Movimentação CAGED de julho/2017						
Acerto	1º dia	Admitidos	Desligados	Último dia (Empresa)	Diferença	Último dia (Auditoria)
-	87	1	1	-	87	87

Salientamos a importância da companhia sanar quaisquer divergências entre as informações transmitidas e as recepcionadas pelos órgãos fiscalizadores, a informação levantada faz parte do escopo de trabalho e se tratando de uma informação assessoria e apenas a título de sugestão de controle.

Recomendamos

- 1) Que a entidade verifique junto ao órgão fiscalizador porque a informação recepcionada apresenta saldo 0 00 quando na verdade o saldo dos empregados no último dia da empresa é de 87.

Entendemos também como sendo outras obrigações do Departamento de Recursos Humanos os programas abaixo que não foram apresentados para auditoria.

- a) PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (NR 9 do MTE);
- b) PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (NR 7 do MTE);
- c) Programa de Cargos, Carreira e Salários;

Recomendamos

- 1) Que a entidade verifique a viabilidade de implementar estes programas de saúde e Cargos e Salários evitando riscos trabalhistas

2.1.3 OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo contábil deste grupo em 31/12/2017 é de R\$ 2.544.705,50 referente em sua maioria ao saldo de Distribuição de Dividendos dos exercícios de 2009, 2010, 2012 e



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	10.10041/127 12018
Data:	10/02/2018 Fls. 235
Rubrica:	Leticia Marinho ID 5095858-5

Contadores, Auditores e Peritos

estão de acordo com as demonstrações contábeis e planilha de apuração de saldos, ainda não foi definido como estes dividendos serão pagos.

Existem também depósitos não identificados, calções e impostos a pagar, ambos sem previsão de liquidação.

Verificamos ainda a existência de saldos antigos, 2003 pendentes de conciliação e pagamento.

Recomendamos

- 1) Que a entidade mantenha documentação hábil para suporte dos saldos antigos bem como desembaraçar e liquidar as provisões passivas
- 2) Que a entidade proceda as devidas destinações de dividendos ou viabilize estudo de baixa da referida obrigação com base no art. 41 do estatuto da auditada

2.2 EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

2.2.1 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES - REFIS

O saldo contábil deste grupo em 31/12/2017 é de R\$ 11.542.667,34 segregado entre curto e longo prazo, referente ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, um regime opcional e especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais proposto às empresas, com dívidas perante a Receita Federal e o INSS.

Verificamos a correta segregação entre curto e longo prazo (CPC 26) os Recibos de Pedido de Parcelamentos e Recibos de Consolidação de Parcelamentos de Saldos Remanescentes dos programas REFIS, PAEX e Parcelamentos Ordinários, planilhas de controle de pagamentos e cronogramas de dispêndios da dívida da administração Pública.

Recomendamos

- 1) Que a entidade mantenha documentação hábil para suporte dos saldos contábeis (memórias de cálculos); apesar dos recibos de entrega a entidade deve guardar cópia dos documentos apresentados para dar entrada no REFIS e não somente os recibos.
- 2) Que a entidade inclua em suas notas explicativas uma nota explicativa sobre o REFIS pela sua relevância de saldo.

2.2.2 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

O saldo contábil desta conta em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.783.879,00 o saldo credor não possui movimentação desde 2002.



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/127 12018
Data:	16/02/2018 Fls. 236
Rubrica:	Leticia Marinho ID. 5095858-5

Verificamos que este saldo é antigo conforme conciliação apresentada, por força de Lei, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, no exercício de 2001, assumiu todas as dívidas relativas ao INSS, das suas empresas e órgãos subordinados, esta dívida segundo informações da auditoria interna da auditada já estaria liquidada, porém não foi recebido o documento para sua baixa e não foi localizado *dossiê* com a composição deste valor.

Verificamos uma consulta on-line no site do governo do estado que este saldo de R\$ 2.783.879,00 é uma obrigação assumida pelo governo do estado, mas não foi apresentado nenhum documento para sua baixa.

Recomendamos

- 1) Que a entidade mantenha documentação hábil para suporte dos saldos contábeis
- 2) Que entidade forneça a auditoria a representação formal de partes relacionadas e da via da carta de circularização.

2.2.3 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo contábil deste grupo em 31/12/2017 é de R\$ 11.115.791,00. Confrontamos os saldos constantes nos relatórios extras contábeis, bem como o relatório de acompanhamento processual emitido pelo departamento jurídico da companhia contendo as possíveis perdas onde encontramos uma divergência de R\$ 1.031.908,71, conforme demonstrado abaixo.

Descrição	CODERTE	DIF.	Auditoria
Contingência Trabalhista	1.564.258,38	-	1.564.258,38
Contingência	1.035.209,08	1.031.908,71	3.300,37
Contingência	4.826.395,63	-	4.826.395,63
Total	7.425.863,09	1.031.908,71	6.615.941,21



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	1010002/127 12/18
Data:	16/02/2018, Fls. 237
Rubrica:	Leticia Marinho ID 5095858-5

Contadores, Auditores e Peritos

Cabe destacar que neste grupo além das provisões para contingências estão contabilizadas outras provisões que não são de contingencias passivas. Durante nossas análises verificamos a existência do processo nº 0055966-43 2000 8 19.0001 contra a auditada, – classificado como provável no valor de R\$ 3.807.211,83 foi provisionado em março de 2018 este processo foi atualizado para R\$ 27.835.200,44 sendo que deste saldo, R\$ 4.717.744,19 ainda estão em julgamento referente a recurso requerido pela CODERTE segundo os assessores jurídicos da auditada a classificação de risco continua como provável e dificilmente será revertida, o que leva a entender que a companhia terá de contabilizar o saldo não provisionado de R\$ 19.310.244,42 na provisão para contingencias em 2018.

Recomendamos

- 1) Que a entidade concilie esta conta mantendo somente saldo de contingencias passivas
- 2) Que a entidade promova a conciliação e os ajustes no saldo contabil conforme relatório de contingência dos advogados.
- 3) Que a entidade solicite aos advogados o relatório de processos com as classificações de riscos atualizadas trimestral ou pelo menos semestralmente para melhor controlar e contabilizar a variação dos processos.

2.2.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O saldo contábil deste grupo em 31/12/2017 é de R\$ 31.273.305. Confrontamos os saldos contábeis com a DMPL (Demonstração da mutação do Patrimônio Líquido) e DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) de 2017, verificamos que o capital não sofreu alteração, verificamos as atas de 2017 e Estatuto vigente onde não encontramos qualquer irregularidade.



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	10.1004/127/2018
Data	16/02/2018
Folha	238
Assinatura	Leticia Marinho
ID	5095858-5

PARTE II - CONTROLES INTERNOS

1 PROCESSOS LICITATÓRIOS

Examinamos, por amostragem, um dos processos licitatórios realizado durante o exercício de 2017. Constatamos que a licitação examinada está em consonância com a legislação vigente.

2 NORMAS E PROCEDIMENTOS

No decorrer de nossos trabalhos verificamos que a companhia possui várias normas disciplinando seus procedimentos operacionais, porém ainda não formalizadas em forma de manuais de procedimentos internos, devidamente aprovados e implementado com o sistema informatizado, diante das não conformidades apontadas até aqui.

Recomendamos

- 1) Que a entidade envie esforços para formalizar suas normas em manuais de procedimentos internos.



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/1271-2018
Data:	16/02/2018 Fls. 239
Rubrica:	Leticia Marinho ID 5095858-5

PARTE III – CONCLUSÃO

Nossos trabalhos foram planejados e executados de forma a obter suporte para certificar a consistência e adequação dos saldos contábeis apresentados nos balancetes, cumprimento de normas e procedimentos internos, formalidades e eficiência nos controles da documentação comprobatória. E foram consubstanciados nas Normas Brasileiras de Contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e legislação vigente, em especial a Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

Nossos testes foram realizados por amostragem, limitado ao nosso escopo de trabalho. Em nossa opinião, a Companhia de Desenvolvimento Rodoviário de e Terminais do Estado do Rio de Janeiro CODERTE, precisa melhorar os controles internos, atentar para os itens ressaltados que contêm os respectivos apontamentos de não conformidade deste relatório.

Destacamos que as recomendações e sugestões apresentadas neste relatório devem ser avaliadas pela Administração da Empresa no intuito de maximizar seus procedimentos e retificar as inconformidades encontradas.

DT Leite Contadores Auditores e Peritos – ME

CRC/PR 008266/O-2

Daniel Teixeira Leite

Responsável Técnico

CRC/PR 057739-9



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	101004/1272018
Data	16/02/2018 Fls. 240
Assinatura	Leticia Marinho
ID	5095858-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO – CODERTE.

EXERCÍCIO DE 2017



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/127-12018
Data:	16/02/2018 Fls. 241
Rubrica:	Leticia Marinho 12-5095853-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis Nº 05/18

Rio de Janeiro/RJ

17 de Janeiro de 2019.

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Des. Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Des. Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, exceto pelos itens 1, 2 e 3 do tópico **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Des. Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE em 31 de Dezembro de 2017, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivo fluxo de caixa o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

1) Conforme nota explicativa nº 05, a companhia apresenta em 31/12/2017 um saldo de R\$ 22.061.083,03 de Conta a Receber de Clientes e de R\$ 7.226.949,23 referente a Cessão de servidores. Constatamos na composição do "contas a receber" que existem valores a receber a longa data que são de muito difícil liquidação e corresponde 99% deste saldo, a cessão de funcionários não foi apresentada composição mas também se trata de saldos antigos, em 2016 correspondia a 90% do saldo total. Em suma, o Ativo Circulante da companhia está supervalorizado em mais de 28 milhões.

2) Conforme mencionado na nota explicativa nº 09, a companhia deprecia os bens do ativo imobilizado de acordo com as taxas fiscais de depreciação determinadas pela Secretaria da Receita Federal - SRF. O pronunciamento técnico CPC 27 – "Ativo imobilizado" requer que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Adicionalmente, a companhia não tem controle individual sobre os bens registrados no ativo imobilizado pelo sistema. Consequentemente, não nos foi possível obter evidência de auditoria



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/127 12018
Data:	16/02/2018 Fls. 242
Rubrica:	Letícia Marinho
ID:	5095858-5

apropriada e suficiente em relação aos saldos do ativo imobilizado, bem como da depreciação em 31 de dezembro de 2017 nos montantes de R\$ 31.383.116,24 e R\$ (17.204.056,93).

Até a data de nosso relatório a administração da companhia não elaborou estudos para avaliar a necessidade ou não da constituição de provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017 pelo maior valor entre o método do cálculo do valor em uso e do preço líquido de venda, também não produziu o relatório do teste de valor recuperável de ativos, conforme determina o §3º do Art. 183 da Lei 6404/76 ainda o item 17.15 da Resolução CFC nº. 1.255/09 que aprovou a NBCT TG 1000.

3) Conforme a nota explicativa nº 15, a companhia apresenta um saldo de R\$ 7.425.863,09 na conta de Provisões para Contingências em 31/12/2017, sendo o processo de número 0055966-43 2000 8 19 0001 com saldo provisionado no valor de R\$ 3.807.211,83. Através de testes de eventos subsequentes constatamos conforme consulta dos Advogados em abril de 2018 que o referido processo apresenta saldo atualizado de R\$ 27.835.200,44 sendo que deste saldo, R\$ 4.717.744,19 ainda estão em julgamento referente a recurso requerido pela CODERTE, com isso resultando no saldo não provisionado de R\$ 19.310.244,42. Conforme determina o item 9 (a) do CPC 24 – Evento subsequente e a NBC TG 24 – Evento Subsequente aprovada pela Resolução CFC Nº. 1.134/09.

Outros assuntos

No exercício de 2017 a auditada auferiu Lucro de R\$ 4.663.628,50 deixando no Patrimônio Líquido um saldo a destinar no valor de R\$ 2.629.846,40, até a data da auditoria a destinação não foi realizada.

O grupo outras obrigações do Passivo no valor de R\$ 2.544.705,50 se refere em sua maioria valores a distribuir de dividendos de exercícios anteriores não realizados até a data da auditoria.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de julho de 2017 dos quais evidentemente não emitimos nossa opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101004/127 12018
Data:	16/02/2018 Fls. 243
Rubrica:	Letícia Marinho ID: 5095858-5

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as



Contadores, Auditores e Peritos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo E-	101022/127 12018
Data:	16/02/2018 Fls. 244
Rubrica:	Leticia Marinho
ID 5095858-5	

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

DT Leite Contadores Auditores e Peritos – ME

CRC/PR 008266/O-2

Daniel Teixeira Leite

Responsável Técnico

CRC/PR 057739-9